

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda recebeu uma denúncia de um cidadão português residente na Guiné-Bissau, expondo grandes dificuldades de acesso aos serviços da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bissau, em particular aqueles referentes à emissão de vistos, e a alegada existência de uma rede que facilita esse mesmo acesso em troca de pagamentos avultados.

Segundo o exposto, para poder requerer com sucesso um agendamento na Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bissau, com vista a apresentar um pedido de Visto de Residência, decorrente do deferimento de um pedido de Reagrupamento Familiar, formulado ao abrigo do n.º 1, art. 98.º, da Lei n.º 23/2007 de 04 de julho, este cidadão está a ser confrontado com um conjunto de “facilitadores” que a troca de pagamentos avultados de milhares de euros lhe garantem esse mesmo agendamento e a emissão do visto em causa.

A ser confirmada, esta situação não só vem revelar, uma vez mais, a incapacidade desta e de outras Secções Consulares de fazer face à crescente demanda de pedidos de serviços que vem sendo registada nos últimos anos, como vem também expor uma rede facilitadora do acesso aos múltiplos serviços consulares mediante pagamentos avultados, situação esta que é evidentemente inaceitável. Importa, por isso, que o governo, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, preste todos os esclarecimentos referentes a esta situação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento da situação acima descrita?
2. Qual a avaliação que o governo faz do funcionamento da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bissau? Tem o governo registado um aumento de procura? Considera o governo que a capacidade de resposta é a adequada?
3. Caso venha a ser confirmada a existência de uma rede da tipologia acima descrita, que

diligências está o governo disposto a encetar com vista a garantir o restabelecimento do normal funcionamento da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bissau?

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2021

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)